

ODETE MEDAUAR

DIREITO
ADMINISTRATIVO
MODERNO

23ª edição revista e atualizada



Os mais relevantes preceitos e institutos do direito administrativo figuram neste livro. O encadeamento lógico dos temas propicia fácil compreensão.

Na elaboração desta 23ª edição, efetuou-se revisão, atualização e acréscimos, abrangendo, por exemplo, matéria sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 e sobre as alterações incidentes sobre a Lei da Improbidade Administrativa pela Lei nº 14.230/2021.

A cada final de capítulo se inclui bibliografia específica do assunto aí desenvolvido, havendo uma bibliografia geral no fim do livro, ambas atualizadas.

A linguagem clara propicia ágil leitura aos estudantes de Direito e a todos os que se interessam pelos temas do direito administrativo.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, DIREITO URBANÍSTICO

Público-alvo/consumidores

Advogados e estudantes de Direito

FORMATO: 17 x 24 cm

CÓDIGO: 10003471

M488d Medauar, Odete

Direito Administrativo Moderno/ Odete Medauar. 23. ed. rev. e atual.
– Belo Horizonte : Fórum, 2023.

456p.; 17x24cm

ISBN: 978-65-5518-482-2

1. Direito Administrativo. 2. Ciência da Administração. 3. Direito Urbanístico. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 23. ed. rev., e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 456p. ISBN 978-65-5518-482-2.

ODETE MEDAUAR

Livre-docente, Doutora e Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (aposentada). Especialista em Direito Público pela Universidade de Liège – Bélgica.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 23ª EDIÇÃO	
ODETE MEDAUAR	19
APRESENTAÇÃO À 22ª EDIÇÃO	
ODETE MEDAUAR	21
APRESENTAÇÃO À 21ª EDIÇÃO	
ODETE MEDAUAR	23
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO	25
CAPÍTULO 1	
PREMISSAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO ESTUDO DO DIREITO	
ADMINISTRATIVO	27
1.1 Estado e direito administrativo	27
1.2 Estado democrático	28
1.3 Estado de direito	29
1.4 Estado social	29
1.5 Estado e sociedade	29
1.6 Separação de poderes	30
1.7 Administração Pública e reforma administrativa	31
Bibliografia	32
CAPÍTULO 2	
O DIREITO ADMINISTRATIVO	33
2.1 Conceito e objeto	33
2.2 Origem e desenvolvimento	34
2.3 O direito administrativo nos ordenamentos anglo-saxônicos	35
2.4 Primórdios do direito administrativo no Brasil	36
2.5 Características gerais do direito administrativo	37
2.6 O direito administrativo e outros ramos do direito	38
2.7 Direito administrativo e ciência da Administração Pública	39
2.8 Formas de expressão do direito administrativo	40
Bibliografia	42
CAPÍTULO 3	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES BÁSICAS	45
3.1 Conceito de Administração Pública	45
3.2 Administração, legislação e jurisdição	46
3.3 Administração e governo	47
3.4 Administração e Constituição	48
3.5 Administração no Estado Federal	48
3.6 Personalidade jurídica e Administração Pública	49
3.7 Estrutura fundamental da Administração no Brasil	50
3.8 Desconcentração administrativa	51
3.9 Órgãos públicos: conceito e classificação	52
3.10 Hierarquia	55
3.10.1 Delegação de competência	56
3.10.2 Avocação	57
3.11 Descentralização administrativa	57
Bibliografia	59
CAPÍTULO 4	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	61
4.1 Conceito	61
4.2 Estrutura básica da Administração direta federal	62
4.3 Presidência da República	62
4.4 Ministérios	62
4.5 Estrutura básica da Administração direta estadual	63
4.6 Estrutura básica da Administração direta municipal	64
4.7 Administração do Distrito Federal	64
4.8 Órgãos com situação peculiar	64
Bibliografia	65

CAPÍTULO 5

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	67	
5.1	Conceito	67
5.2	Autarquias	70
5.2.1	Noção	70
5.2.2	Regime jurídico	71
5.2.3	Controles	72
5.2.4	Autarquias especiais	73
5.2.4.1	Autarquias universitárias	73
5.2.4.2	Agências reguladoras	74
5.2.5	Autarquia qualificada como agência executiva	80
5.3	Fundações públicas	80
5.3.1	A fundação no direito civil	80
5.3.2	Controvérsias sobre as fundações instituídas pelo poder público	81
5.3.3	Evolução do tratamento legal	83
5.3.4	Noção de fundação pública	83
5.3.5	Regime jurídico	85
5.3.6	Controles	85
5.3.7	Fundações universitárias	86
5.3.8	Fundação qualificada como agência executiva	87
5.4	Empresas públicas	87
5.4.1	As chamadas “estatais”	87
5.4.2	Noção de empresa pública	89
5.4.3	Regime jurídico das empresas públicas	90
5.5	Sociedades de economia mista	94
5.5.1	Regime jurídico das sociedades de economia mista	95
5.6	Estatais e privatização	95
5.7	Entes com situação peculiar	97
5.7.1	Ordens e conselhos profissionais	97
5.7.2	Fundações de apoio	98
5.7.3	Empresas controladas pelo poder público	99
5.7.4	Serviços sociais autônomos	99
5.7.5	Terceiro setor parceiro	100
5.7.5.1	Organizações sociais	100
5.7.5.2	Organizações da sociedade civil de interesse público	102
5.7.5.3	Organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação com a Administração	104
	Bibliografia	106

CAPÍTULO 6

ATIVIDADES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	109	
6.1	Multiplicidade de atuações	109
6.2	Tipologia das atividades administrativas	109
6.3	Poder e função no âmbito administrativo	112
6.4	Poder vinculado	113
6.5	Poder discricionário	114
6.5.1	Terminologia	114
6.5.2	Evolução conceitual	115
6.5.3	Conotação atual do poder discricionário	115
6.5.4	Poder discricionário e mérito administrativo	116
6.5.5	Justificativa do poder discricionário	117
6.5.6	Campos de exercício do poder discricionário	117
6.5.7	Parâmetros do poder discricionário	118
6.5.8	Poder discricionário e conceitos jurídicos indeterminados	119
6.6	Poder regulamentar	120
6.7	Poder normativo	121
6.8	Poder hierárquico	121
6.9	Poder disciplinar	121
	Bibliografia	123

CAPÍTULO 7

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	125	
7.1	Noção	125
7.2	Relevância dos princípios	125
7.3	Tipologia	126
7.4	Princípio da legalidade	126
7.4.1	Aspectos genéricos	126
7.4.2	Significado operacional	127

7.5	Princípio da impessoalidade.....	128
7.6	Princípio da moralidade administrativa.....	129
7.6.1	A chamada Lei Anticorrupção.....	130
7.6.1.1	<i>Compliance</i>	133
7.7	Princípio da publicidade.....	133
7.7.1	Proteção de dados pessoais.....	135
7.8	Princípio da eficiência.....	136
7.9	Princípio do atendimento do interesse público ou princípio da finalidade.....	137
7.9.1	O ultrapassado princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular.....	137
7.10	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	138
7.11	Princípio da proporcionalidade.....	138
7.12	Princípio da continuidade.....	139
7.13	Princípio da presunção de legalidade e veracidade.....	139
7.14	Princípio da autoexecutoriedade.....	140
7.15	Princípio da autotutela administrativa.....	140
7.16	Princípio da segurança jurídica.....	140
7.16.1	Segurança jurídica e os novos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	141
	Bibliografia.....	142

CAPÍTULO 8

ATO ADMINISTRATIVO.....		145
8.1	Ato administrativo e Estado de direito.....	145
8.2	Conceito de ato administrativo.....	145
8.3	Elementos.....	146
8.3.1	Terminologia e elenco.....	146
8.3.2	Agente competente.....	147
8.3.3	Objeto.....	147
8.3.4	Forma.....	148
8.3.5	Motivo.....	148
8.3.6	Fim.....	149
8.3.6.1	Interesse público.....	149
8.4	Perfeição, vigência, validade e eficácia.....	150
8.4.1	Retroatividade e irretroatividade.....	151
8.5	Notas peculiares.....	152
8.6	Tipologia.....	152
8.6.1	Critério do objeto.....	153
8.6.2	Critério da forma de expressão.....	153
8.6.3	Critério da margem de escolha.....	157
8.6.4	Critério do âmbito de repercussão.....	158
8.6.5	Critério dos destinatários.....	158
8.6.6	Critério do número de manifestações para a formação do ato.....	158
8.7	Legalidade e mérito do ato administrativo.....	159
8.8	Ato de governo.....	159
8.9	“Não ato”: silêncio, omissão.....	160
8.10	Defeitos do ato administrativo.....	160
8.10.1	Incompetência.....	160
8.10.2	Ilegalidade do objeto.....	161
8.10.3	Defeito de forma.....	161
8.10.4	Defeito de motivo.....	161
8.10.5	Defeito do fim.....	162
8.11	Desfazimento do ato administrativo.....	162
8.11.1	A questão das nulidades em matéria de ato administrativo.....	162
8.11.2	Os principais meios de desfazimento.....	164
8.11.3	Anulação do ato administrativo.....	165
8.11.4	Revogação do ato administrativo.....	167
8.11.5	Cassação.....	168
8.12	Preservação do ato administrativo.....	168
8.12.1	Convalidação.....	168
8.12.2	Ratificação.....	168
8.12.3	Conversão.....	169
8.13	Os novos preceitos da LINDB e o ato administrativo.....	169
	Bibliografia.....	170

CAPÍTULO 9

PROCESSO ADMINISTRATIVO.....		171
9.1	A processualidade ampla.....	171
9.2	Processo ou procedimento administrativo.....	172

9.3	Finalidades do processo administrativo	173
9.3.1	Garantia	173
9.3.2	Melhor conteúdo das decisões	173
9.3.3	Legitimação do poder	173
9.3.4	Correto desempenho da função	174
9.3.5	Justiça na Administração.....	174
9.3.6	Aproximação entre Administração e cidadãos	174
9.3.7	Sistematização de atuações administrativas.....	174
9.3.8	Facilitar o controle da Administração	174
9.4	O processo administrativo no rol dos direitos e garantias fundamentais	175
9.4.1	Litigantes em processo administrativo	175
9.4.2	Acusados no âmbito administrativo.....	175
9.5	O devido processo legal no âmbito administrativo	176
9.6	Princípios do processo administrativo.....	176
9.6.1	O princípio do contraditório.....	176
9.6.2	O princípio da ampla defesa.....	177
9.6.3	O princípio da razoável duração do processo.....	179
9.6.4	O princípio da oficialidade	179
9.6.5	O princípio da verdade material.....	180
9.6.6	O princípio do formalismo moderado	180
9.7	Tipologia do processo administrativo.....	181
9.8	Fases do processo administrativo	181
9.9	Jurisprudência.....	182
9.10	Codificação do processo administrativo – A Lei 9.784/99	183
	Bibliografia	186

CAPÍTULO 10

LICITAÇÃO.....	189	
10.1	Conceito	189
10.2	Legislação básica	189
10.3	Incidência.....	190
10.4	Observações preliminares: inovações e comparações	191
10.5	Princípios.....	192
10.6	Aspectos gerais do processo licitatório	194
10.7	Modalidades.....	197
10.7.1	Pregão.....	197
10.7.2	Concorrência	197
10.7.3	Concurso.....	198
10.7.4	Leilão	198
10.7.5	Diálogo competitivo	198
10.8	Fases do processo licitatório	199
10.8.1	Fase preparatória.....	200
10.8.2	Divulgação do edital de licitação	201
10.8.3	Apresentação de propostas e lances	202
10.8.4	Julgamento	202
10.8.5	Habilitação.....	204
10.8.6	Recursal	205
10.8.7	Homologação	206
10.9	Contratação direta.....	206
10.9.1	Inexigibilidade	206
10.9.2	Dispensa	207
10.10	Instrumentos auxiliares.....	211
10.10.1	Credenciamento.....	211
10.10.2	Pré-qualificação	211
10.10.3	Procedimento de manifestação de interesse.....	212
10.10.4	Sistema de registro de preços	212
10.10.5	Registro cadastral	213
10.11	Nulidades da licitação	214
10.12	Irregularidades	214
	Bibliografia	214

CAPÍTULO 11

CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO	215	
11.1	Considerações preliminares.....	215
11.2	Tipologia.....	216
11.3	Legislação básica	216
11.4	Incidência.....	217

11.5	Contratos sujeitos à Lei nº 14.133/2021.....	218
11.5.1	Contrato de compra	218
11.5.2	Contrato de obras	219
11.5.3	Contrato de serviços.....	219
11.5.4	Contrato de locação.....	220
11.6	Prerrogativas da Administração.....	220
11.6.1	Alteração unilateral e direito ao equilíbrio econômico-financeiro.....	221
11.6.2	Extinção unilateral do contrato	222
11.6.3	Fiscalização da execução	222
11.6.4	Aplicação de sanções ante inexecução total ou parcial	222
11.6.5	Ocupação provisória de bens e utilização de pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.....	223
11.7	Formalização	223
11.8	Garantias.....	224
11.9	Alocação de riscos	225
11.10	Duração do contrato.....	226
11.11	Outros aspectos da execução	227
11.12	Alteração dos contratos e dos preços	228
11.13	Recebimento do objeto.....	230
11.14	Extinção dos contratos	230
11.15	Pagamento	232
11.16	Nulidade dos contratos	233
11.17	Meios alternativos de resolução de controvérsias	233
11.18	Infrações e sanções administrativas.....	234
11.19	Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos	236
11.20	Controle das contratações	236
11.21	Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP	238
11.22	Novas figuras contratuais	238
11.22.1	Convênios e consórcios – Aspectos gerais	239
11.22.1.1	Convênios	239
11.22.1.2	Consórcios	243
11.22.2	Outras figuras	244
	Bibliografia	246

CAPÍTULO 12

BENS PÚBLICOS	247	
12.1	Introdução ao tema	247
12.2	Terminologia	247
12.3	Síntese histórica	248
12.4	Conceito	249
12.5	Tipologia.....	249
12.5.1	Critério da natureza	249
12.5.2	Critério dos aspectos geográficos.....	249
12.5.3	Critério dos titulares	250
12.5.4	Critério da destinação.....	251
12.6	Afetação e desafetação.....	253
12.7	Regime jurídico geral.....	253
12.8	Uso de bens públicos por particulares	256
12.8.1	Regime jurídico.....	256
12.8.2	Instrumentos: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso, outros instrumentos	257
12.9	Aquisição de bens públicos.....	260
12.10	Alienação de bens públicos.....	262
12.11	Notas a respeito de alguns bens públicos.....	265
12.11.1	Terras devolutas.....	265
12.11.2	Terrenos de marinha	266
12.11.3	Terrenos marginais ou reservados	267
12.11.4	Terras indígenas.....	267
12.11.5	Ilhas	268
	Bibliografia	268

CAPÍTULO 13

SERVIDORES PÚBLICOS.....	271	
13.1	Introdução ao tema	271
13.2	Legislação	271
13.3	Terminologia	272
13.4	Tipos de vínculo de trabalho: funções, cargos e empregos.....	273

13.4.1	Noção	274
13.4.2	Acessibilidade	274
13.5	Cargos públicos	276
13.5.1	Noção	276
13.5.2	Tipologia	277
13.5.3	Vacância	279
13.5.4	Provimento	279
13.6	Regime jurídico	281
13.6.1	Regime estatutário	281
13.6.2	Regime celetista	282
13.6.3	Regime especial	282
13.7	Principais normas do regime estatutário	283
13.7.1	Vencimento, remuneração e subsídio	283
13.7.1.1	Natureza	284
13.7.1.2	Fixação e revisão	284
13.7.1.3	Irredutibilidade	285
13.7.1.4	Limite de remuneração	285
13.7.1.5	Vantagens	287
13.7.2	Direito à permanência no cargo: estabilidade e vitaliciedade	288
13.7.3	Acumulação de cargos	289
13.7.4	Exercício de mandato eletivo	290
13.7.5	Férias e décimo terceiro salário	290
13.7.6	Licenças	291
13.7.7	Direito de greve	291
13.7.8	Sindicalização	292
13.7.9	Aposentadoria e pensão	293
13.7.9.1	Legislação básica	293
13.7.9.2	O atual regime de aposentadoria para os ocupantes de cargos efetivos	294
13.7.9.3	Aposentadoria de ocupantes de cargos em comissão, de funções temporárias e celetistas	298
13.7.9.4	Regime de previdência complementar	299
13.7.9.5	Acumulação de proventos ou de proventos com outra retribuição de atividade	300
13.7.9.6	Regras de transição	300
13.7.9.6.1	Situação de quem preencheu todos os requisitos para se aposentar pelo regime anterior	301
13.7.9.6.2	Situação de quem já é aposentado	301
13.7.9.7	Pensões	301
13.7.10	Deveres	302
13.8	Responsabilidade dos servidores	304
13.8.1	Responsabilidade criminal	305
13.8.2	Responsabilidade civil	306
13.8.3	Responsabilidade administrativa	306
13.8.3.1	Responsabilidade fiscal	307
13.9	Poder disciplinar	307
13.10	Regime disciplinar	308
13.10.1	Competência legal	308
13.10.2	Vinculação ao exercício do cargo, função ou emprego	308
13.10.3	Legalidade das infrações	308
13.10.4	Legalidade das sanções	310
13.10.5	Prescritibilidade	311
13.10.6	Motivação	311
13.11	Processo administrativo disciplinar	311
13.11.1	Noção e terminologia	311
13.11.2	Comissões processantes	312
13.11.3	Sindicância	312
13.11.4	Processo disciplinar <i>stricto sensu</i> : fases, recurso e revisão	313
13.12	Repercussão da sentença penal no processo administrativo disciplinar	315
	Bibliografia	316

CAPÍTULO 14

SERVIÇO PÚBLICO	317	
14.1	Terminologia	317
14.2	Caracterização	317
14.3	Princípios diretores	319
14.4	Tipologia	320
14.5	Modos de prestação	321
14.6	Concessão de serviço público	321
14.6.1	Conceito legal e características	322
14.6.2	Concessão de serviço precedida de obra pública	323
14.6.3	Outros tipos de concessão	323

14.6.4	Aplicabilidade da Lei nº 8.987/95.....	324
14.6.5	Motivação da outorga de concessão ou permissão	324
14.6.6	Serviço adequado	324
14.6.7	Direitos e deveres dos usuários.....	325
14.6.8	Política tarifária.....	325
14.6.9	Licitação.....	326
14.6.10	Contrato de concessão	327
14.6.11	Encargos do concedente	328
14.6.12	Encargos da concessionária	328
14.6.13	Intervenção.....	328
14.6.14	Extinção da concessão.....	329
14.7	Permissão e autorização de serviço público	329
14.8	Arrendamento e franquia.....	331
14.9	Parceria público-privada	331
14.10	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	333
	Bibliografia	334

CAPÍTULO 15

PODER DE POLÍCIA		337
15.1	Introdução ao tema	337
15.2	Síntese evolutiva	337
15.3	Crítica à noção. Contestação à crítica	338
15.4	Caracterização do poder de polícia	339
15.5	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	340
15.6	Fundamentos e finalidades	340
15.7	Regime jurídico geral.....	341
15.8	Campos de atuação	342
15.9	Manifestações do poder de polícia	342
15.10	Limites.....	343
15.11	Sanções decorrentes do poder de polícia.....	344
15.12	Prescrição da ação punitiva da Administração Federal.....	344
15.13	Extensão excepcional do poder de polícia	345
15.14	Particulares no exercício do poder de polícia?.....	345
	Bibliografia	345

CAPÍTULO 16

LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE		347
16.1	Introdução ao tema	347
16.2	Noção e objetivo	347
16.3	Restrições administrativas em geral	348
16.4	Tombamento	348
16.5	Ocupação temporária.....	350
16.6	Requisição.....	351
16.7	Servidão administrativa	351
16.8	Desapropriação	352
16.8.1	Noção	352
16.8.2	Legislação	353
16.8.3	Fundamento	355
16.8.4	Requisitos constitucionais da indenização	356
16.8.5	Bens expropriáveis	358
16.8.6	Competência.....	360
16.8.7	A declaração expropriatória e seus efeitos	360
16.8.8	Desapropriação por acordo.....	361
16.8.9	Ação expropriatória: juízo competente, petição inicial e contestação	362
16.8.10	Ação expropriatória: imissão provisória na posse	362
16.8.11	Ação expropriatória: perícia, sentença e recursos	363
16.8.12	Desistência da desapropriação	364
16.8.13	Destinação dos bens expropriados e retrocessão.....	364
16.8.14	Desapropriação indireta ou apossamento administrativo	367
	Bibliografia	368

CAPÍTULO 17

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO		369
17.1	Introdução ao tema	369
17.2	Síntese evolutiva.....	369
17.3	A responsabilidade objetiva.....	370
17.4	A responsabilidade objetiva na legislação brasileira	371

17.5	O §6º do art. 37 da CF	372
17.6	A reparação do dano.....	374
17.7	Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade	375
17.8	Panorama dos casos de responsabilidade.....	376
17.9	Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais	376
17.10	Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.....	377
	Bibliografia	377

CAPÍTULO 18

	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	379
18.1	Controle, democracia e corrupção	379
18.2	Tipologia.....	380
18.2.1	Controles e os novos preceitos da LINDB	380
18.3	Controles internos	381
18.3.1	Recursos administrativos	381
18.3.2	Autocontrole.....	386
18.3.3	Controle hierárquico.....	387
18.3.4	Controle de gestão.....	387
18.3.5	Inspeção, auditoria e correição.....	388
18.3.6	Supervisão	388
18.3.7	Pareceres vinculantes.....	388
18.3.8	Ouvidor.....	389
18.3.9	Controle financeiro.....	389
18.3.10	Controle da Administração indireta.....	389
18.4	Controle parlamentar.....	390
18.5	Controle do Tribunal de Contas.....	392
18.6	Controle da Administração pelo <i>ombudsman</i>	394
18.7	Controle jurisdicional da Administração.....	394
18.7.1	Sistemas de controle jurisdicional.....	395
18.7.2	O princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário	395
18.7.3	Inexigência de esgotamento da via administrativa	395
18.7.4	Alcance do controle jurisdicional.....	397
18.7.5	Consequências do controle jurisdicional	399
18.7.6	A Administração em juízo	399
18.7.7	Meios jurisdicionais de oposição à Administração	407
18.7.8	Mandado de segurança individual e coletivo	408
18.7.8.1	Mandado de segurança coletivo	414
18.7.9	Ação popular.....	415
18.7.10	Ação civil pública	417
18.7.11	<i>Habeas data</i>	418
18.7.12	Ação de improbidade administrativa.....	420
18.8	Meios consensuais de resolução de litígios envolvendo a Administração	426
	Bibliografia	427
	BIBLIOGRAFIA.....	429
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	439